# ANEXO I DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos, que a , inscrita sob o

CNPJ nº , neste ato representado pelo Sr.

 , possui sistema de contabilidade, estando esta sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado diante de sua entidade de classe.

Maceió, de de .

REPRESENTANTE

# ANEXO II DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos, que a , inscrita sob o CNPJ nº , neste ato representado pelo Sr.

 , manterá em ordem em boa guarda e conservação os documentos referentes aos pagamentos efetuados, os quais ficarão a disposição do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas para inspeção dos auditores em relação aos recursos recebidos e suas aplicações.

Maceió, de de .

REPRESENTANTE

# ANEXO III

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de celebração de Termo de colaboração/Transferência junto a SELAJ e sob do artigo 299 do Código Penal, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional/Estadual ou qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal/Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União/Estado na forma deste Plano de Aplicação.

Pede Deferimento

Maceió-AL, \_ de de .

REPRESENTANTE LEGAL

# ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, , responsável legal pela entidade

 me declaro ciente das responsabilidades e compromisso em realizar todas as solicitações do plano de trabalho e aplicação de recursos*,* nos prazos nele estabelecidos.

Por ser verdade firmo o presente.

 , de de .

Presidente da Federação

# ANEXO V

**TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE**

Por este “Termo de Compromisso e Responsabilidade”, eu, abaixo assinado, na qualidade de Presidente da Entidade Esportiva: , declaro para fins de obtenção de recursos, destinado ao programa Na Base do Esporte, previamente aprovados pela SELAJ, e sob os efeitos e as penas da lei, em especial o contido no art. 299 do Código Penal, que:

1. Inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer Órgão ou Entidade de Administração pública federal ou instituição pública, inclusive no que concerne às contribuições ao PIS/PASEP, Seguro Social (INSS) e FGTS;
2. Não estar recebendo auxílio ou contribuição financeira para a mesma finalidade de nenhum outro órgão ou instituição pública;
3. A prestação de contas relativa aos recursos recebidos deverá ser corretamente apresentada, nos prazos previamente fixados pela SELAJ.

MACEIÓ - AL, de de .

PRESIDENTE